

MIGRAÇÕES TERENA PARA A PERIFERIA DE CAMPO GRANDE (MS):

a manutenção de relações tradicionais de parentesco em contextos urbanos

Terena migrations to the outside of Campo Grande (MS): the maintenance of traditional relationships in urban contexts

Luiz Felipe Barros Lima da Silva¹

Victor Ferri Mauro²

Artigo recebido em: 19/12/2019

Artigo aceito em: 31/03/2020

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do deslocamento espacial de um pequeno grupo de indígenas Terena oriundo de aldeias no interior de Mato Grosso do Sul para um bairro periférico da capital daquele estado - Campo Grande -, chamado Jardim Inápolis, e também investiga estratégias de adaptação ao novo ambiente que incluem a manutenção de redes de parentesco e compadrio que vinculam pessoas dentro desse grupo de acordo com padrões tradicionais da etnia. Ao final, percebe-se nesse caso a manutenção de práticas tradicionais de organização sócio-espacial e relações de parentesco típicas dos Terena adaptada ao contexto urbano e a emergência de um processo de territorialização fortalecido por elaborações e ressignificações culturais que operam como marcadores da identidade étnica.

PALAVRAS-CHAVE: Terena. Parentesco. Mobilidades indígenas. Etnicidade.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the spatial displacement of a small group of Terena indigenous people from villages in the interior of Mato Grosso do Sul to a peripheral neighborhood of the capital of that state - Campo Grande -, called the borough of Jardim Inápolis, and also investigates strategies for adaptation to the new environment that include the maintenance of kinship and cronyism networks that link people within that group according to traditional ethnic patterns. In the end, it is perceived in this case the maintenance of traditional practices of socio-spatial organization and kinship relations typical of Terena adapted to the urban context and the emergence of a process of territorialization strengthened by elaborations and cultural resignifications that operate as markers of ethnic identity

KEYWORDS: Terena. Kinship. Indigenous mobilities. Ethnicity.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8161689E6>. luizfbl@hotmail.com

2 Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4214397P6>. victorfmauro@gmail.com

Introdução

A presença dos grupos indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente. Fatores como precarização das condições de vida nas Terras Indígenas quanto à prestação de serviços em saúde, educação, lazer, geração de emprego, além de problemas relativos às pendências nas regularizações fundiárias, violência, entre outros, foram alguns dos catalisadores do processo de migração constante para o meio urbano. Desde a década de 1960, as migrações de indígenas para grandes centros, como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus e Campo Grande tem se intensificado. Na capital sul-mato-grossense, tem se fixado na área urbana do município, famílias predominantemente de cinco etnias (Terena, Kaiowá, Guarani, Kadiwéu e Guató), originárias de aldeias no interior do estado. Nesse quadro, os Terena ocupam uma posição de destaque maior em termos quantitativos.

Algumas comunidades indígenas que se formaram no contexto urbano campo-grandense conseguiram por meio do associativismo étnico constituir moradias através da inserção em políticas públicas de habitação, como demonstra o caso das chamadas “Aldeias Urbanas” que se constituem, a exemplo da Marçal de Souza, no bairro Tiradentes e da Água Bonita, no Jardim Anache.

Verificou-se que nos últimos anos houve um considerável incremento do número de famílias emigradas principalmente das TP's Taunay/Ipegue e Limão Verde (no município de Aquidauana), Cachoeirinha (em Miranda) e Buriti (nas cidades de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti), originando assim novos assentamentos na periferia de Campo Grande, que atualmente conta com doze comunidades indígenas assentadas. Um desses núcleos de assentamento está situado no Jardim Inápolis, na zona oeste da cidade, nas proximidades do núcleo industrial.

É necessário ressaltar que Mato Grosso do Sul se constitui como a segunda unidade da federação com maior população autodeclarada indígena do país (73.295 habitantes, segundo o censo do IBGE, de 2010).

Essa comunidade do Jardim Inápolis é o foco central deste artigo. Procuramos analisar o movimento migratório de integrantes que compõem esse grupo desde as aldeias no interior do estado para a área urbana da capital, a constituição de uma nova forma de territorialidade onde persistem padrões tradicionais de parentesco e compadrio e a constituição de um processo de territorialização que se apoia no acionamento de elementos culturais ressignificados que, em contraste com a sociedade envolvente, demarcam a identidade étnica específica.

Na comunidade mencionada, foi realizado nos meses de junho e julho de 2019 um levantamento empírico de informações com duas famílias extensas, lideradas respectivamente pelos senhores Antônio Jorge Pereira e Ribeiro Babino, sendo este último a atual liderança geral (*naati/cacique*) da comunidade. A análise se respalda em informações obtidas em extenso levantamento bibliográfico de obras escritas sobre os Terena articuladas a informações produzidas em campo a partir de observações diretas e conversas com líderes de duas famílias indígenas moradoras da comunidade em questão.

Com esses dois líderes foram realizadas entrevistas semiestruturadas e coletadas as informações que alimentam o diagrama parcial de parentesco que mais à frente apresentamos.

Um dos autores do presente artigo já havia mantido um diálogo prévio com o senhor Ribeiro em abril daquele mesmo ano, por ocasião de uma reunião de lideranças indígenas que ocorreu na Aldeia Urbana Paravá, localizada no bairro Vila Romana.

Ribeiro e Antônio são grandes parceiros nas mediações dos interesses de suas comunidades frente ao poder público, em especial, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI -, órgão governamental que conduz a política indigenista no Brasil. Nessas mediações, buscam assegurar garantias relacionadas a direitos territoriais, e acesso a programas sociais, serviços públicos e condições básicas de infraestrutura e moradia.

1. Breve caracterização histórica e etnológica da etnia Terena

Os Terena são falantes de uma língua do tronco linguístico Aruak, e são um dos quatro subgrupos Txané³ ou Guaná⁴ documentados pela literatura, tradicionalmente habitantes da região do Chaco/Pantanal⁵. Estes eram conhecidos como excelentes agricultores⁶, característica que propiciava o estabelecimento de trocas com outros grupos étnicos habitantes do *Gran Chaco*, à exemplo dos Mbayá-Guaicuru. A aliança com estes últimos foi caracterizada como de simbiose, moderada pelo princípio da reciprocidade.

Em princípios do século XVII, para os Guaná a ida dos Guaikurú a suas aldeias não era apenas útil, como ainda desejada. Eles necessitavam de facas, machados e outras coisas mais, que somente seus hóspedes podiam fornecer, graças aos assaltos que efetuavam contra espanhóis e portugueses. [...] Acentue-se, pois, que aquelas informações deixadas pela crônica setecentista são muito importantes por revelarem, a nosso ver, as reais situações de contato entre os Guaikurú e os Guaná. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 33)

No período colonial, a sociedade Terena estruturava-se tradicionalmente em extratos: os chefes (*naati*), os guerreiros (*shuna'asheti*), as pessoas comuns (*waherê – txané*) e os cativos (*kauti*, submetidos em guerras ou em incursões especialmente

³ Os Txané-Guaná, segundo Azanha (2005, p. 73) “Até o final do século XIX, estavam separados e se distinguiam entre si, em vários povos: Terena (ou Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana”.

⁴ De acordo com Eremites de Oliveira (2013, p. 173), o termo “Guaná” se refere a “um apelativo genérico cunhado em contextos colonialistas para nominar vários povos indígenas com características linguísticas e socioculturais em comum”.

⁵ “O Chaco [...] é uma região no centro da América do Sul, com aproximadamente 850.000 km² divididos entre os territórios do Paraguai, Bolívia, da Argentina e do Brasil – ao sul do Pantanal. O Pantanal, comumente chamado de Pantanal mato-grossense, é uma planície sedimentar com mais de 140.000 km² preenchidas com depósitos aluviais dos rios da Bacia do Alto Paraguai”. (XIMENES, 2017, p. 30).

⁶ “São várias as características socioculturais dos Terena que os englobam na tradição cultural Aruak. A principal delas reside no papel relevante desempenhado pela agricultura na sua economia. Antigamente, a agricultura dos chamados Txané era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (*warere-apêti*), descrito pelos cronistas e ainda hoje lembrado pelos Terena mais velhos.” (AZANHA, 2005, p. 74).

organizadas para a captura), sendo que a filiação estava subordinada à descendência patrilinear. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968).

Além desta estratificação social, havia também uma divisão dualista da sociedade em “metades” (ou segmentos) endogâmicas dos *waberê-txané* (pessoas comuns) em dois subgrupos, os “*Xumono*” caracterizados como “gente brava” e os “*Sukirikionó*” designativo para “gente mansa”. O referido autor esclarece que esta divisão tinha caráter cerimonial, e anterior a este, matrimonial⁷, sendo ligado à cultura ancestral Txané-Terena como uma forma de manutenção da estrutura social, por meio do matrimônio e das cerimônias. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968).

Cada aldeia Terena possuía um cacique *Naati-Atxé* para os *Sukirikionó* e um outro para os *Xumono*, sendo que a transmissão desses papéis se fazia de forma hereditária dentro da classe dos *Naati* (chefes). No caso de morte de um cacique, seu filho mais velho é quem deveria substituí-lo;

Outro ponto relevante para a compreensão da antiga organização sociocultural Terena eram as festividades, que tinham como personagem principal o *Koixomuneti* (ou médico-feiticeiro), que “invocava os espíritos dos mortos ou os *koipihapatie* por meio deles realiza curas, acalma as forças da natureza e pratica toda sorte de exorcismos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.48). O *Koixomuneti* é o protagonista das festas religiosas de grande mobilização e importância “como o *Obeokoti*, festa que ocorria sempre quando as Plêiades atingiam seu ponto máximo no céu, entre abril e maio” (SANT’ANA, 2004, p.3)⁸.

A participação da comunidade nas festividades era intensa, homens e mulheres se dividiam nos afazeres, sendo que sua importância estava inserida não só

⁷ “O antigo sistema social Terêna não permitia o matrimônio fora das camadas e fora das metades. Um *naati* só podia se casar com uma *naati* (ou vice-versa) e, assim mesmo desde que esta pertencesse à mesma metade. Assim, fosse êle um *sukirikionó*, apenas se casaria com uma *sukirikionó*. Isso ocorria também com os *waberê-txané*, como uma camada imediatamente inferior.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 25).

⁸ “Plêiades é o nome dado ao aparecimento da constelação das sete estrelas, quando estas atingem seu ponto máximo no céu”. (SANT’ANA, 2004, p.3).

no sentido de “vividicar as relações entre os diferentes grupos domésticos, ou *troncos*⁹, e preservar a solidariedade social”. (PEREIRA, 2009, p.44).

Após essa consideração sucinta a respeito da antiga estrutura social Terena, iremos refletir sobre sua mobilidade espacial em uma perspectiva histórica.

1.1 A mobilidade terena

A partir do século XVI, com a penetração espanhola nas terras chaquenhas, os Terena se percebem cercados frente às incursões espanholas (à procura de riquezas, sempre promovendo genocídio e espoliação de terras). Dessa forma, começam a descer o Rio Paraguai, no século XVIII, em direção as terras ao sul de Mato Grosso. Vargas (2011), baseada em Schuch (1995), afirma que:

A presença dos índios Chané-Guaná, incluindo os Terena, na margem oriental do rio Paraguai, durante a segunda metade do século XVIII e do século XIX, estava vinculada a uma série de fatores, entre os quais, destacam-se dois: o primeiro ligado à questão da colonização luso-espanhola no Chaco paraguaio; o segundo, à questão do acompanhamento de grupos étnicos, com os quais mantinham relações (VARGAS, 2011, p.61).

A migração mais expressiva da população Guaná-Terena para as terras do Mato Grosso teria ocorrido em meados do século XVIII, mais precisamente em 1767. Nesse período, pequenas ondas pastoris começavam a ocupar a região, que "até então apenas as bandeiras haviam penetrado naquele território, ou para prear índios ou para atravessar a região rumo ao lendário império incaico" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 55).

⁹ “No relatório pericial da Terra Indígena Buriti (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2003: 26) identificamos que “o conceito de *aldeia*, na forma como comumente é usado pelos Terena da Terra Indígena Buriti, tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território, geralmente se referindo à ideia de lugar ocupado por um ou mais *troncos familiares*?”. (PEREIRA, 2009, p. 45).

Na segunda metade do século XIX é deflagrada a Guerra do Paraguai e, conseqüentemente, as disputas por territórios economicamente atraentes no sul de Mato Grosso se intensificam. Os conflitos armados envolvendo paraguaios e brasileiros ocorreram principalmente na região em que se encontravam suas principais aldeias¹⁰. Os Terena inclusive tiveram notável participação neste conflito, se incorporando a grupamentos do Exército Brasileiro como soldados, informantes, guias e até mesmo oferecendo refúgio aos combatentes em suas aldeias “a exemplo de Pirainha, aldeia Terena próxima à serra de Maracaju” (VARGAS, 2011, p 64.)

Contudo, após a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), é que a porção sul de Mato Grosso será substancialmente ocupada por uma segunda onda humana, composta por “uma parte do exército brasileiro, desmobilizado naquelas áreas, [que] teria preferido lá permanecer em lugar de retornar às terras de origem” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 56). Esses contingentes de militares desmobilizados começaram a ocupar a região com típicas fazendas, iniciando, assim, um período ao qual os Terena se referem como “tempo do cativoiro”.

Nessa nova condição, os homens terena foram incorporados na realização de todos os trabalhos da fazenda, desde a derrubada de matas até o plantio de pastagens, construção de cercas e estradas e a lida com o gado. As mulheres, além dos trabalhos domésticos em suas próprias casas, muitas vezes também davam conta dos inúmeros trabalhos que garantiam o funcionamento dos retiros e das sedes das fazendas. Devido ao caráter tecnológico rudimentar das fazendas e à presença rarefeita da população não-indígena, a mão-de-obra terena foi fundamental para a implantação e funcionamento das fazendas pioneiras de criação de gado, principalmente nos municípios de Campo Grande, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Maracaju, Bonito, Jardim e outros (PEREIRA, 2009, p. 42-43).

Espoliados de suas terras - pelas frentes agropecuárias que abruptamente desterritorializavam os grupos locais Terena de suas terras de origem - espalharam-se pelas fazendas que surgiam na região, sendo usados como força de trabalho

¹⁰ “Sobre essa questão, Alfredo d’ Escagnolle Taunay (1931), um dos principais cronistas de guerra, afirmou que, no distrito de Miranda, havia mais de dez aldeias indígenas e constatou que os Terena formavam a maior população da região. Suas aldeias estavam localizadas no Naxedaxe, no Ipegue, na Chacoeirinha, no aldeamento Grande, além de outros pequenos centros. Entre três e quatro mil índios viviam nesses diversos pontos, todos próximos a então Vila de Miranda” (VARGAS, 2011, p.64).

(absorvidos como mão-de-obra cativa). Os laços que uniram os indígenas e os oficiais foram corroídos pela lógica do capitalismo agrário que se instalava na região, impondo o domínio da propriedade privada da terra.

Cabe ainda destacarmos a ação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), fundado em 1910, órgão governamental que tinha como finalidade integrar o índio à sociedade envolvente por meio do trabalho agrícola. Na primeira metade do século XX, o órgão indigenista cria as chamadas Reservas Indígenas, onde é colocada em prática uma política tutelar coordenada por Postos Indígenas e Inspetorias Regionais, que faziam parte da estrutura político-administrativa do SPI.

Até 1905, portanto, antes da existência do SPI, haviam sido demarcadas as três primeiras Reservas Indígenas Terena: Cachoeirinha, Taunay-Ipegue (1904) e Lalima (1905). As demais foram demarcadas a partir de 1917¹¹.

Contudo, como analisado por muitos pesquisadores, a política indigenista perpetrada pelo SPI estava vinculada a interesses do capitalismo agropastoril que se consolidava na região sul de Mato Grosso. Para Ferreira (2007)

A ação do SPI seguiu rigorosamente as intenções declaradas em 1914, através do estabelecimento de uma lógica de proteção pautada em pelo menos três eixos distintos: 1) um eixo econômico, através do financiamento de ferramentas e insumos para as reservas indígenas, de maneira que esta pudessem aumentar sua produção na lavoura, e também o controle e gestão da força de trabalho indígena; 2) um eixo ideológico-cultural, pautado na construção de “escolas” e no trabalho pedagógico de “ensinar” os índios a cultura nacional e a “civilização”; 3) um eixo político, de administração das terras indígenas pelo Encarregado do Posto, que ao mesmo tempo assumiria as tarefas econômicas e ideológico-culturais, e de regulação da vida indígena. (FERREIRA, 2007, p. 136).

No contexto das Reservas, a estratégia adotada pelo órgão tutelar era integrar o índio à sociedade envolvente por meio de expedientes oficiais como o Programa Educacional com várias diretrizes que deveriam ser seguidos rigorosamente pelos agentes do SPI.

¹¹“Francisco Horta (1917), Capitão Vitorino-Brejão (1922), Moreira-Passarinho (1925), Buriti (1928) e Limão Verde (indefino)” (FERREIRA, 2007, p. 133).

O objetivo do programa educacional indígena levado a cabo pelo SPI tinha por base imprimir nos indígenas os valores considerados por eles como “cívicos e morais” e toda a sistematização girava em torno da formação de um Clube Agrícola. O programa anual estava dividido em quatro etapas, sendo a primeira marcada por atividades que culminariam na formação do clube. Posteriormente à formação do clube, os alunos se organizariam internamente em atividades divididas por grupos menores sendo: pelotão de saúde, biblioteca e museu escolar. Na terceira etapa, seriam lecionados conteúdos referentes ao Português, Aritmética, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, não estando contemplada nenhuma disciplina sobre História, Cultura e até mesmo Medicina Tradicional Indígena. (ELOY AMADO, 2019, p. 92).

Além do ensino escolar padronizado pela sociedade envolvente que deslegitimava qualquer conhecimento e práticas indígenas, era ensinado aos Terena diversos ofícios, dentre eles, práticas agrícolas, pecuária, olaria e fabricação de tijolos, sapataria, carpintaria, engenho de cana de açúcar para produção de rapaduras por exemplo e até fabricação de móveis para a escola. Ademais, o SPI fazia a retirada de madeira para a fabricação de móveis e utensílios, e para a venda fora das reservas. Luiz Henrique Eloy Amado, ainda expõe, de acordo com dados oficiais obtidos na biblioteca do museu nacional, números da produção nas reservas, chamando a atenção para dados de produção de madeira, rapadura, e de adobe (espécie de tijolo feito de barro e capim). (ELOY AMADO, 2019).

Todavia essa reconfiguração socioespacial que o SPI imprimia aos Terena não foi aceita em muitos espaços de acomodação, como Bananal e Cachoeirinha. Assim, diversos conflitos surgiram, principalmente em Bananal em relação ao controle político da aldeia, visto que, segundo o estudo de Ferreira (2007), havia uma cisão nesta aldeia, entre alguns troncos ancestrais dos Terena, opondo, de um lado, os que se vinculavam a grupos religiosos de inclinação protestante, e, de outro, os que se identificavam com o catolicismo. Havia também conflitos entre funcionários do SPI e representantes da União Missionária.

Muitos Terenas permanecem até a atualidade no trabalho como peões nas fazendas do Pantanal e em destilarias e usinas de açúcar e álcool em Mato Grosso do Sul. Outros trabalham ainda como ajudantes de serviços gerais, domésticas, auxiliares de almoxarifado e feirantes, diaristas, tratoristas, etc.

2. O processo de (re)territorialização dos índios Terena: das reservas indígenas à cidade de Campo Grande

Em *Urbanização e Tribalismo*, Cardoso de Oliveira fez um estudo focalizando a etnia Terena, que é notadamente majoritária em termos numéricos entre o contingente indígena que reside na capital sul-mato-grossense e em outras cidades do estado, como Aquidauana, Anastácio e Miranda. No que tange à cidade de Campo Grande, o autor analisa que “A pesquisa revelou que, malgrado a distância entre os grupos domésticos, as relações entre eles são mantidas e indicam – como veremos adiante – um grau bastante expressivo de coesão social. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 131).

Cardoso de Oliveira (1968) havia contabilizado em 1960 em Campo Grande 88 indivíduos terena, inseridos em 15 grupos domésticos. Os principais motivos alegados, à época da pesquisa desse autor, para a migração aldeia-cidade eram conflitos políticos e de motivações religiosa, dificuldades de crescimento econômico dentro das reservas, entre outros.

Em estudo bem posterior, Vanderléia Paes Leite Mussi (2006) afirma que o trabalho foi o fator primordial de inserção dos índios Terena no contexto urbano e que as migrações para os indígenas estariam atreladas aquilo que eles imaginam ser uma vida melhor na cidade. Dessa forma, os índios assumiriam um verdadeiro “fetichismo” a respeito da cidade e do espaço urbano. Para compreendermos melhor esta afirmativa, concordamos com Nascimento e Vieira (2015), quando propõem que:

Analisando o deslocamento dos indígenas, é possível verificar que o contexto urbano revela um novo mundo a esse grupo, possibilitando a reorganização de um modo de vida. O “estar na cidade” traz a possibilidade de uma alternativa econômica, por meio de outras fontes de rendimento (venda de produtos oriundos da aldeia e emprego em atividades informais). A cidade parece ter certo prestígio para alguns grupos locais, principalmente aqueles que ocupam algum cargo administrativo na FUNAI, na FUNASA e outras instituições que trabalham diretamente “no atendimento as populações indígenas” (NASCIMENTO; VIEIRA, 2015, p. 6).

As famílias indígenas migraram de suas terras indígenas devido a muitas dificuldades sócio-econômicas e de restrição territorial advindos do processo de colonização à que os grupos indígenas foram involuntariamente submetidos. Dentre as dificuldades vivenciadas na atualidade, podemos citar os conflitos com produtores rurais, os problemas sanitários, de segurança alimentar e renda, até desentendimentos internos de ordem política, a exemplo de “[...] famílias que não conseguiram se destacar socialmente nas reservas permanecendo subjugadas a outras em condição de inferioridade política e social” (CAVALCANTE, 2013, p. 114).

Como resultado da intensificação do processo de “desterritorialização” em seus territórios tradicionais, verificou-se nas últimas décadas um aumento expressivo da migração terena para a área urbana, onde são submetidas a um processo de reterritorialização como “territorialização precária” (HAESBAERT, 2012), materializada, por exemplo, na ocupação de espaços periféricos na cidade de Campo Grande.

A respeito do estudo realizado com a população Terena residente em duas comunidades indígenas de Campo Grande Mussi (2006) salienta que,

A construção da decantada etnicidade ocorre quando os atores organizam-se socialmente na interatividade com outros grupos sociais, demarcando as suas fronteiras étnico-sociais e selecionando somente os fatores que os consideram significativos. Em outras palavras, e retomando a proposição de Barth, podemos dizer que o termo etnicidade, é visto como uma forma de organização social que permite descrever as fronteiras -espaço urbano- e as relações dos grupos sociais -Terena e não indígenas- em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma simbólica para organizar as identidades e as interações; seria até possível dizer que tais interações facultam a criação de novas identidades, ou identidades em movimento, posto que são resultantes da negociação de pautas culturais colocadas em jogo, e em crise. (MUSSI, 2006, p. 247).

Para Haesbaert (2012), a concepção de território e identidade territorial traduz elementos culturais que irão fazer parte da construção da identidade territorial dos grupos sociais. Uma das formas de se reconhecer a formação de uma identidade, por exemplo, pode ser através da marcação dos aspectos culturais de uma sociedade no território. Na mesma linha, outros autores apontam:

Identidade, portanto, estabelece relação com o ‘modo de vida’ elaborado pelas relações humanas em cada lugar em que as mesmas se territorializam, permitindo, assim, construir ao longo do tempo histórico e pelas rotinas cotidianas, o sentido de pertencimento de cada indivíduo a seu grupo e seu meio. (FERRAZ, NUNES, ALONSO JUNIOR, 2011, p.103).

Logo, sob esse prisma, a “desterritorialização”, ou seja, a perda do território (seja ela simbólica e cultural e/ou econômica e material) não pode ser compreendida apenas por seus aspectos físico-materiais, mas também por seus componentes simbólicos e culturais, por meio do qual os grupos humanos dão significado aos lugares. Assim, os aspectos territoriais abarcam tanto uma dimensão de poder/apropriação concreta por meio da relação político-econômica com o território, como uma dimensão simbólica, projetada através da construção de uma identidade sob determinado território. A ótica da perspectiva idealista e relacional com os lugares está bastante presente quando se pensa os territórios indígenas, uma vez que muitas sociedades indígenas constroem seus territórios tanto ou mais em bases simbólicas do que propriamente fundadas em bases materiais. João Pacheco de Oliveira (1998) em relação processo de territorialização afirma:

O que estou chamando aqui de *processo de territorialização* é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). [...] as afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p.56).

Desse modo, ao final da década de 1980 e início da década de 1990, o acesso à moradia pelas famílias de indígenas na cidade de Campo Grande deu-se com a ocupação de terrenos baldios e/ou desbarrancados em bairros periféricos como Tiradentes, Nova Lima, Jardim Noroeste, dentre outros, criando territorialidades

alternativas no espaço urbano. Ao ocuparem inicialmente uma praça em frente ao Mercado Municipal, no centro da cidade, para comercialização de frutas e verduras (que eram produzidos nas reservas e aldeias indígenas), os índios passaram a adquirir maior relação com o espaço urbano e começam a perceber as contradições da vida citadina.

O movimento comercial promovido a partir do mercado municipal e seu entorno igualmente atraiu o interesse terena. De acordo com Jurandir Ximenes, já em 1967 índios oriundos do interior utilizavam este espaço para o comércio. Inicialmente eram mulheres vindas de Aquidauna – Tís Ipegue, Bananal, Limão Verde – e Miranda - TI Cachoeirinha -, não raro acompanhadas por seus maridos. Na ausência de qualquer conforto, elas improvisavam tendas para expor os produtos da roça e da mata de cerrado para o comércio: feijão verde (ou de corda), palmito, mandioca, milho, jatobá, coquinho, cajamanga, caju, manga, pequi, guariroba e guavira. (VIETTA, 2015, p. 100).

Frente aos problemas enfrentados por famílias de diferentes etnias — Terena, Kaiowa-Guarani, Kadiwéu, Guató — teve início uma maior articulação das lideranças indígenas, resultando na criação de Associações Indígenas, cujo objetivo maior seria a luta por direitos diferenciados reivindicados junto ao poder público. Direitos que até então vinham sendo negligenciados.

Para Ferreira (2007)

As ações coletivas, públicas, organizadas em torno de um discurso afirmativo, indicam o desenvolvimento da capacidade política indígena que se articula inclusive com outros processos sociais difusos (como a escolarização, mobilidade social e espacial, etc.) [...] O seu emprego indica que os grupos sociais construíram condições materiais, organizativas e ideológicas, para sua utilização. [...] configura-se um conflito político em que os indígenas desenvolvem uma política de resistência a (e simbolicamente de inversão) uma situação de desigualdade gerada pela dominação estabelecida. (FERREIRA, 2007, p.105)

Para minimizar tal problemática vivenciada pelos indígenas, o poder público iniciou a construção de conjuntos habitacionais, que ficaram conhecidos como “Aldeias Urbanas”, retirando parte desse contingente de áreas de ocupação consideradas pelo Estado como “irregulares” e/ou “invadidas”. Com a construção

desses conjuntos de casas populares surgiram a Aldeia Urbana Marçal de Souza e a Comunidade Indígena Urbana Água Bonita.

De acordo com Mussi (2006, p. 265),

O sucesso da negociação consolidada na formação de ambas as comunidades, só foi possível graças a ação impetrada por algumas lideranças que estiveram à frente do processo incorporando novos elementos de outra cultura – Associações jurídicas – e negociando estrategicamente – utilizando os meios legais da Associação para garantir os seus direitos – as formas possíveis para alcançar os objetivos da comunidade a de serem nucleadas em só bairro, não pagar aluguel e nem ficarem dispersas pelas periferias da cidade.

Em 1998 a Associação de Índios Kaguatêca¹² Marçal de Souza, reconhecida pela prefeitura em 1987, firmou um convênio com um órgão público estadual chamado Terrasul, que foi posteriormente denominado de Idaterra. Após novos convênios no dia 14 de maio de 2001 a Comunidade Indígena Água Bonita foi oficialmente fundada (MUSSI, 2006).

A comunidade foi construída por meio de um convênio em que figuravam como partes envolvidas o governo estadual, por intermédio da Agência de Gestão de Empreendimentos e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de Mato Grosso do Sul (CDHU)¹³ junto à Associação de Índios Kaguatêca Marçal de Souza.

Sobre o acesso das famílias indígenas às casas do conjunto habitacional dessa comunidade, a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), informa que:

O processo de acesso das famílias indígenas às 60 unidades habitacionais do tipo “Casa do Índio” ocorreu através do convênio entre o governo do

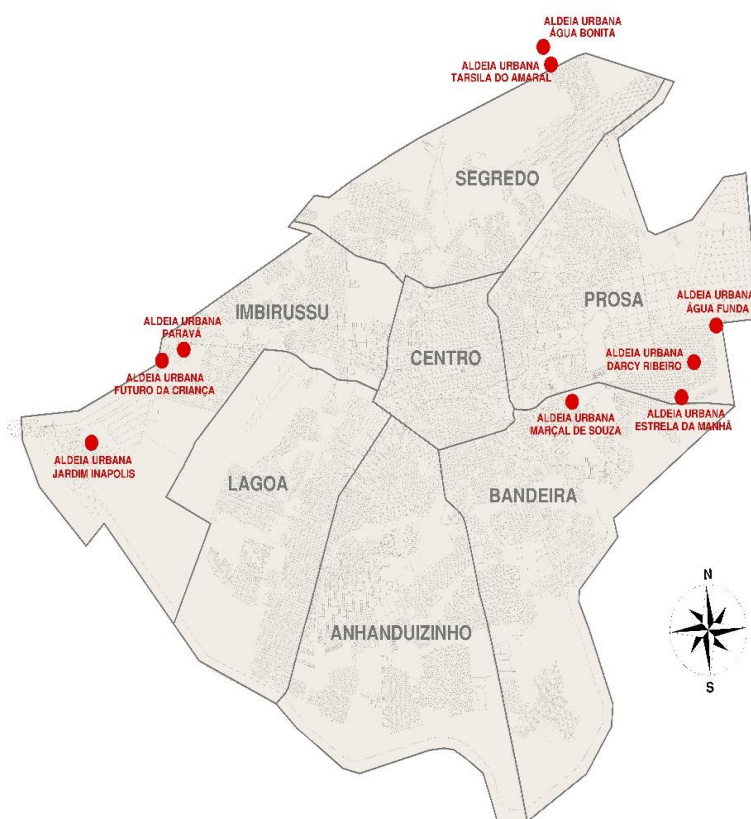
¹²Segundo Mussi (2006) “[...] Esta Associação foi fundada no ano de 1986, pela dona Marta Guarani (Índia Guarani-Kaiowá), cujo registro das iniciais de seu nome a marca a democratização étnica desses povos, isto é, **KAGUATECA** significa: **K**aiowá-Guarani, **G**uató, **T**erena e **C**adiwéu. Assim, em uma só Associação reuniu representantes de quatro etnias do Estado do Mato Grosso do Sul” (p. 264, grifos no original).

¹³ Convênio CDHU/MS N.18/2000.

Estado por meio da Agência Estadual de gestão de Empreendimentos (AGESUL) – CDHU/MS e a Associação de índios desaldeados Kaguatêca Marçal de Souza. O cadastramento foi realizado por uma técnica social do CDHU/MS em conjunto com a presidente da referida Associação, a sr^a Marta Silva Vito e atendeu várias famílias indígenas que moravam nos seguintes bairros: Guanandi, São Conrado, Oliveira, Tijuca I e II e também indígenas acampados às margens da BR 262, saída para Três Lagoas (AGEHAB, 2016, p.1).

A cidade de Campo Grande conta, segundo os dados do censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma população indígena composta de 5.898 indivíduos e abriga quatro comunidades indígenas vivendo no espaço urbano, reconhecidas legalmente pela prefeitura e demais esferas do poder público, que são denominados oficialmente como “Aldeias Urbanas.

Figura 1. Planta urbana de Campo Grande (MS) com a localização das Aldeias Urbanas.



Elaboração: Luiz Felipe Barros Lima, 2020.

As principais regiões urbanas da cidade que abrigam indígenas, segundo o Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande (SISGRAN), são as regiões do Anhanduizinho – curiosamente onde não há nenhuma aldeia urbana – com 1.163 indivíduos autodeclarados e a região do Bandeira com 974 indivíduos (20,6 e 17,3%, respectivamente). Ainda, segundo os dados do censo de 2010, os bairros que mais concentram população indígena são: Tiradentes (646 habitantes), Noroeste (579 habitantes), Nova Lima (477 habitantes), e Vila Popular (255 habitantes)¹⁴.

Todavia, apontamos para a limitação dos dados, uma vez que não foi considerada a população em trânsito entre a aldeia rural e as comunidades que residem em contextos urbanos, pois estes, quantificam a fixação, não trânsito, logo, é evidente que o contingente representativo é maior do que os dados coletados pela metodologia do IBGE, como já apontado em por Silva e Bernardelli (2016).

A partir do levantamento de dados em revisão bibliográfica e, também, através de observação direta, inferimos que a cidade de Campo Grande possui atualmente nove comunidades indígenas vivendo em situação domiciliar urbana ¹⁵.

3. A comunidade indígena do Jardim Inápolis: as parentelas das famílias Jorge Pereira e Barbino

A Comunidade Indígena do Jardim Inapolis está localizada no extremo oeste da cidade, mais precisamente na Região Urbana do Imbirussu. Segundo dados do SISGRAN, localiza-se entre os bairros Vila Manoel Seco Tomé, Vila Romana, Bairro Popular, Jardim Santa Mônica, Nova Campo Grande e ao Núcleo Industrial no Distrito de Indubrasil. O acesso se faz pela Avenida Duque de Caxias até a Rua

¹⁴ Disponível em <<http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em 01/07/2019.

¹⁵ Existe na cidade de Campo Grande nove comunidades indígenas sendo elas: Aldeia Urbana Marçal de Souza, Aldeia Urbana Água Bonita, Aldeia Urbana Tarsila do Amaral, Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, Aldeia Urbana Estrela da Manhã, Aldeia Urbana Vila Romana (Paravá), Aldeia Urbana Futuro da Criança (Bosque Santa Mônica), Aldeia Urbana Jardim Inápolis e Aldeia Urbana Água Funda. (Informação oral obtida junto ao Coordenador Regional da Funai, Henrique Dias em entrevista realizada no dia 10/06/2019).

Sebastião Andrade Pinho. Em termos perimetrais a comunidade está compreendida entre as ruas Texas, Arijuna e Granito.

Segundo a liderança geral da comunidade, o senhor Ribeiro Barbino, a área onde hoje está assentada a comunidade indígena do Jardim Inápolis teve sua fundação há mais de vinte anos. Desta feita, concluímos que possivelmente as primeiras famílias terena que ocuparam aquele espaço vieram para Campo Grande na esteira dos processos de ocupação de espaços públicos da cidade na primeira metade dos anos 1990, a exemplo do que ocorreu na constituição das Aldeias Urbanas Marçal de Souza e Água Bonita¹⁶.

Segundo informação do ancião da comunidade do Jardim Inápolis, o senhor Paixão Delfino, a área foi ocupada inicialmente há 24 anos por famílias extensas que migravam principalmente das T.P's Cachoeirinha, Bananal e Buriti, mas teve seu ápice de processo migratório no início dos anos 2000. Esse idoso, que hoje tem 82 anos, teria sido um dos primeiros moradores do local.

Entendemos que na Aldeia Urbana do Jardim Inápolis predominam coalizões a fim de garantir a manutenção a manutenção de redes de parentesco, de cooperação de parentes em situações de não parentesco, de afinidades e amizades que vão sendo tecidas desde as aldeias rurais até espaços ampliados de interação social no meio urbano em que prevalecem interesses comuns na garantia de defesa de um patrimônio material e imaterial. Eric Wolf (2003), destaca as funções e formas do parentesco em comunidades corporativas, onde operam relações com parentes e não parentes, funções persistentes da família, amizades e suas formas de interação. Assim, notamos uma semelhança no padrão de relações que este autor registrou com o que foi observado entre os Terena do Jardim Inápolis.

¹⁶ Ver. SILVA. L. F. B. L, BERNARDELLI. M. L. F. H. **A constituição da Comunidade Indígena Água Bonita em Campo Grande – MS: Territorialidade e identidade indígena.** Artigo apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Licenciado em Geografia, 2016.

A Aldeia Urbana encrustada nesse bairro é claramente interpretada pelos moradores como um território indígena e é bastante carente em termos de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Não existe ali, por exemplo, rede coletora de esgoto e as instalações elétricas e hidráulicas são alternativas. Todavia, o lugar habitado possui uma organização espacial própria, pensada pelos indígenas, contendo alguns becos e passagens bem definidos e, ali, os parentes de cada família extensa vivem em residências próximas, compartilhando um espaço contíguo, de modo semelhante ao que fazem no interior das TIs.

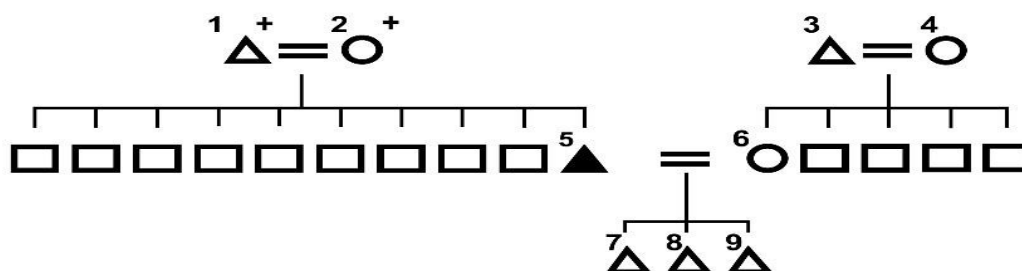
A liderança geral da comunidade é o senhor Ribeiro Barbino, de 70 anos de idade, natural da Aldeia Cachoeirinha, que vive no local desde meados de 2008.

3.1 Família Jorge Pereira

Nascido na Aldeia Bananal, no município de Aquidauana, no ano de 1969, Antônio Jorge Pereira é pertencente etnia Terena e migrou para Campo Grande no ano de 2006 e vive na comunidade há 12 anos. Saiu de Bananal em 2005 e foi viver em Terenos, município distante 30 quilômetros do centro de Campo Grande e a 18 quilômetros da Aldeia Urbana do Jardim Inápolis. Depois de algum tempo, decidiu viver com seus patrícios junto àquela comunidade.

Ele disse que comprou de pessoas não indígenas o direito de morar na área que atualmente ocupa, pagando na época por mil reais, no entanto, afirmou não possuir recibo de compra, documento de posse ou qualquer tipo de escritura sobre o terreno em que se fixou juntamente com sua parentela. O senhor Antônio Jorge é casado, apenas na tradição indígena (e não no civil) e têm três filhos.

GENEALOGIA PARCIAL DA FAMÍLIA JORGE PEREIRA



	Sexo masculino
	Sexo feminino
	Sexo indefinido/Não coletado
	Matrimônio
	Descendência
	Falecido(a)
	Pessoa de referência na genealogia

1 - Lúcio Jorge Pereira
2 - Dila Jorge Pereira
3 - Nair
4 - Silvano
5 - Antônio Jorge Pereira Nascido na Aldeia Bananal, Município de Aquidauna no ano de 1969.
6 - Juliana Jorge Pereira Nascida na Aldeia Bananal, Município de Aquidauna no ano de 1978.
7 - Joabe Jorge Pereira
8 - Jozabe Jorge Pereira
9 - Jonadabe Jorge Pereira

Elaboração: Luiz Felipe Barros Lima da Silva, 2019.

Segundo ele, gostava de viver em Bananal, pois lá havia liberdade, contato com a natureza, mas a escassez de terras férteis, propícias ao cultivo de roças, inviabilizava a vida na aldeia. Também citou as dificuldades de renda com a mecanização das lavouras de cana da região e esse para ele foi o principal fator motivador de sua migração, na busca por melhores condições de trabalho para o sustento da família.

Quando veio para Campo Grande, foi abrigado por um sobrinho por dois meses em uma casa de aluguel no distrito de Indubrasil, até o momento em que veio para a comunidade do Jardim Inápolis e começou a trabalhar em um curtume nas proximidades, porém, voltou a ficar desempregado.

3.2 Família Barbino

Nascido na aldeia Cachoeirinha, município de Miranda, no ano de 1949, o senhor Ribeiro saiu de sua aldeia de origem pela primeira vez na década de 1960, época caracterizada por ele como “o tempo do trem”, em referência à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para trabalhar em fazendas da região de Miranda, Anastácio e Aquidauana, por volta dos doze, treze anos de idade. A primeira fazenda em que o senhor Ribeiro trabalhou foi a Fazenda Guaicuru, produtora de gado de corte, atualmente conhecida como Fazenda Bodoquena-Guaicurus, em Miranda. Ele trabalhou como diarista (auxiliar de serviços gerais) por doze anos, sendo registrado como empregado até os anos de 1979.

Em 1981 o senhor Ribeiro migrou para Terenos, para trabalhar como auxiliar de tratorista na Fazenda Santa Eliza, contudo, permaneceu pouco tempo em razão do falecimento de sua mãe na Aldeia Cachoeirinha, fazendo com que ele retornasse para que pudessem, ele e sua esposa, cuidar de seu pai, senhor Mário Barbino. Enquanto residia na Aldeia Cachoeirinha, segundo seus relatos, trabalhou como auxiliar de tratorista na fazenda Petrópolis, pertencente a Pedro Pedrossian¹⁷, que foi governador do estado. O senhor Ribeiro, inclusive, cita que os Terena de Cachoeirinha apoiaram a candidatura de Pedrossian para o governo do estado na década de 1990.

Nessa época, após desentendimentos com patrícios daquela aldeia, saiu novamente de sua terra de origem e foi trabalhar em uma fazenda da região a convite

¹⁷ “Pedro Pedrossian foi governador de Mato Grosso no período de 1966 a 1971, antes que o estado fosse dividido. Eleito senador em 1978, renunciou ao mandato em 1980 para assumir o cargo de governador nomeado do estado de Mato Grosso do Sul em 7 de novembro daquele ano. Em 15 de março de 1991 assumiu novamente o cargo de governador sul-mato-grossense — eleito em pleito direto ocorrido em 1990. Permaneceu no posto até 1º de janeiro de 1995” (AnahiZurutuza e Aline dos Santos. **CAMPO GRANDE NEWS. Governador por três vezes, Pedro Pedrossian morre em casa aos 89 anos.** Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/governador-por-tres-vezes-pedro-pedrossian-morre-em-casa-aos-89-anos>>. Acesso em 21/06/2019.

de um tio, que intermediava a contratação de mão de obra para o corte de cana de açúcar e o preparo de terra para plantio de monocultivos.

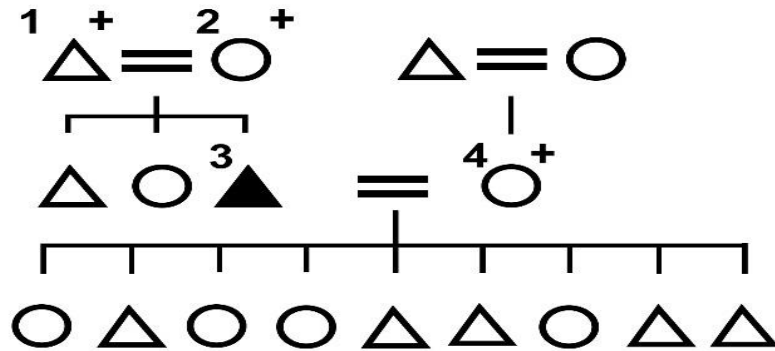
No tempo em que trabalhou como auxiliar de tratorista, aprendeu a operar a máquina e dessa forma foi contratado como tratorista novamente na Fazenda Bodoquena até que seus filhos cresceram e ele viu a necessidade de voltar para a cidade de Miranda, para que os mesmos pudessem estudar. Nos idos de 1992, alugou uma casa naquela cidade. Todavia, a necessidade de emprego remunerado fez com que o senhor Ribeiro voltasse novamente à lida no campo, mas dessa vez, como funcionário de uma usina sucroalcooleira, no município de Maracaju.

Foi nessa época que Ribeiro teve sua mais dolorosa perda, quando em 1994 sua esposa faleceu, deixando-o desconsolado, de modo que ele permaneceu como uma espécie de “vagante” na região, até que alguns patrícios da Aldeia Urbana Aldeinha¹⁸, no município de Anastácio, o acolheram naquela comunidade. Em 1997, o senhor Ribeiro foi eleito como cacique da Aldeinha, onde permaneceu à frente da liderança por seis anos, até 2003¹⁹.

¹⁸“Dentro da cidade de Aquidauana, em zona suburbana, vivem 39 famílias de índios Têrena e mestiços, que constituem uma população de pouco menos de 250 indivíduos. Residentes a dois quilômetros da margem esquerda do rio Aquidauana, em terras por eles mesmos adquiridas, esses Têrena são identificados como gente da Aldeinha.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 81).

¹⁹ Informação oral obtida em 20/06/2019.

GENEALOGIA PARCIAL DA FAMÍLIA BARBINO



	Sexo masculino
	Sexo feminino
	Sexo indefinido/Não coletado
	Matrimônio
	Descendência
	Falecido(a)
	Pessoa de referência na genealogia

1 - Mario Barbino
2 - Leonora Cirivelho
3 - Ribeiro Barbino
Nascido na Aldeia Cachoeirinha no Município de Miranda, no ano de 1949.
4 - Lenir Barbino

Elaboração: Luiz Felipe B. Lima da Silva, 2019.

A vinda para Campo Grande deu-se por intermédio de uma de suas filhas que já vivia na cidade. Ele ficou alguns dias na casa dela e então seus netos o incentivaram que ele fosse morar na capital. Logo no início de sua chegada conheceu o senhor Antônio Jorge Pereira e, no ano de 2008, se estabeleceu na comunidade indígena do Jardim Inápolis, trazendo seus filhos para viverem junto dele.

No ano de 2012 o senhor Ribeiro foi eleito cacique daquela comunidade e reeleito após quatro anos de mandato, em 2017. Parte de seus filhos vive com ele no mesmo terreno em casas (barracos como o próprio Ribeiro denomina) contíguas, e dois de seus netos moram com ele na mesma residência. Uma filha de Ribeiro vive

em outra Aldeia Urbana, localizada no bairro Jardim Noroeste, zona leste de Campo Grande e o seu filho mais velho vive na cidade de Anastácio, na Aldeinha.

Considerações Finais

A partir da história oral de ambas as lideranças familiares, ficou evidente um forte protagonismo deles na articulação de suas parentelas. Tais relações não estão firmemente assentadas apenas dentre as parentelas consanguíneas e das alianças que fazem nesta ocupação urbana, mas também com parentes e afins que residem em outras ocupações indígenas da cidade, em bairros periféricos e com as aldeias rurais como Bananal, Cachoeirinha, Limão Verde, Aldeinha. Logo, para nós, essas relações de alianças de consanguinidade e afinidade estão impressas tanto no espaço das parentelas, filhos e netos desses moradores, como também nas relações de reciprocidade e afinidade com seus territórios de origem, ou mesmo, dos de seus ancestrais através da forte mobilidade sazonal que essas famílias exercem entre as aldeias nas terras indígenas homologadas e na aldeia urbana.

Assim, os Terena expressam o ideal de morar junto aos parentes consanguíneos, o que sempre se empenham em realizar, e, se não é possível viver junto com todos eles, é preciso que pelo menos alguns deles façam parte do círculo de pessoas com as quais se convive no cotidiano. A pessoa considerada parente é aquela com a qual se possui um laço de consanguinidade ou afinidade reciprocamente identificável e reconhecido socialmente. Quanto mais próximo esse laço, mais esse sentimento tenderá a estar presente. (PEREIRA, 2009, p. 48).

Visivelmente, há três grupos familiares na comunidade que estabelecem suas residências em um determinado setor, onde o foco aglutinador são as parentelas, centradas na figura de um chefe ou pai ou (com a morte deste) do irmão mais velho. As casas destes grupos familiares, em geral, localizam-se próximas umas das outras e seus lotes são adjacentes, havendo cooperação econômica, partilha de alimentos, prevalecendo os princípios da reciprocidade entre as habitações, constituindo, assim, uma unidade de produção real, sendo que o apoio mútuo, inclusive político, é a regra geral de integração social entre as os grupos de parentes.

Entendemos que as antigas estruturas sociais terena e a relação dos *troncos* uns com os outros foram ressignificadas, porém, mantidas em diversos aspectos em contexto urbano. Na comunidade indígena do Jardim Inápolis o espaço é territorializado não em famílias nucleares, mas em famílias extensas. Da mesma forma como acontece nas aldeias de origem, nas reservas no interior do estado, fora das cidades, diversos grupos ou parentelas exercem entre si relações de ordem múltiplas, de trocas, de matrimônios, de disputas, etc. Tanto em um caso como no outro, tais estratégias se apresentam, dentre outras coisas, como uma forma de resistir e de re-existir se relacionando dentro de uma sociedade mais ampla, que é discriminatória, profundamente desigual e eivada de contradições.

Referências

AZANHA, Gilberto. As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1976.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul – Tese** (Doutorado em História), Assis, SP: UNESP, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2016. Brasília: CIMI, 2017. Disponível em <https://cimi.org.br/>> Acesso em 14/04/2019.

ELOY AMADO. Luiz Henrique. **Vukápanavo o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2019. 241p.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sistemas de assentamento e processos de territorialização entre os Terena da terra indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Habitus**, Goiânia, v.9, n.1, p.169-199, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência indígena:** etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. 413p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2007.

FERRAZ, Claudio Benito Oliveira, NUNES, Flavia Gasparotti, ALONSO JUNIOR José Lázaro. Identidade cultural e a construção do “outro” em Mato Grosso do Sul: o conflito entre indígenas e fazendeiros. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 99-112, jul./dez. 2011. Disponível em <https://revistas.ufg.br/bgg/issue/view/1103/showToc>> Acesso em 26/09/2016.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R, L (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, 169-190.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Os indígenas no censo demográfico de 2010:** Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf> Acesso em 09/03/2019

MIDIAMAX. **A seis anos à espera de moradia, índios vivem em “favela – aldeia na capital.** Disponível em <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2016/ha-seis-anos-a-espera-de-moradia-indios-vivem-em-favela-aldeia-na-capital/>> Acesso em 14/05/2019.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite **As estratégias de inserção dos índios Terena:** da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro. VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer**, São Paulo, n.14, p. 118-136, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/26141/18771>>Acesso em 09/03/2019

PACHECO DE OLIVEIRA. João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. 1998, vol.4, n.1, pp.47-77. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/MAN/VOL4N1/2426.PDF> Acesso em 09/03/2019

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica.** Dourados: Editora UFGD, 2009.

SISGRAN. **Indicadores sociais município de Campo Grande.** Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em 01/07/2019

SISGRAN. **População dos bairros por cor ou raça – 2010.** Disponível em <http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em 01/07/2019.

SANT'ANA, Graziella Reis de. Uma análise do processo migratório dos índios terena para o perímetro urbano da cidade. **Revista de Iniciação Científica da FCT/UNESP**, v.4, n.1, 2004.

SILVA. Luiz Felipe Barros Lima da. BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **A constituição da comunidade indígena Água Bonita em Campo Grande – MS: territorialidade e identidade indígena.** Artigo apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Licenciado em Geografia, 2016.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI–** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, RJ, 2011.

VIETTA, Katya. Os "valores" da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio inatingível. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, n. 24, v. 12, p. 98-132, 2015.

XIMENES, Lenir Gomes. **A retomada terena em Mato Grosso do Sul: oscilação pendular entre os tempos e espaços de acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-graduação em História. Dourados, MS, 2017.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LINS RIBEIRO, Gustavo (org.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf.** São Paulo: Ed. da UnB/Unicamp/Imesp, 2003. Pp. 93-114.